

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim de Economia e Tecnologia publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O *Download* gratuito pode ser feito no site www.boletimdeconjuntura.ufpr.br.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

De acordo com informações disponíveis no BACEN (Banco Central do Brasil), os analistas do mercado financeiro já consideram possível o cumprimento da meta de inflação fixada pelo governo neste ano. Segundo Relatório Focus do mês de Agosto, do próprio Banco, composto por informações fornecidas por, aproximadamente, 80 bancos e consultorias, a expectativa é que a alta dos preços fique em 6,45%, em 2008.

Como podemos observar na Tabela 1, uma semana antes, o mesmo levantamento projetava uma elevação de 6,54% para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) para 2008. A meta de inflação do governo é manter esse índice em 4,5%, mas admite um desvio de até dois pontos percentuais em relação a esse número (positivo ou negativo).

TABELA 1 – EXPECTATIVA DE INFLAÇÃO - 2008 E 2009

Expectativa de Mercado	2008			2009		
	Há 4 semanas	Há uma semana	Hoje	Há 4 semanas	Há uma semana	Hoje
IPCA (%)	6,48	6,54	6,45	5,00	5,00	5,00
IGP-DI(%)	11,66	12,13	11,33	5,25	5,40	5,40
IGP-M(%)	11,92	12,00	11,04	5,50	5,50	5,48
IPC-Fipe(%)	6,51	6,53	6,48	4,50	4,61	4,61
Câmbio - fim de período	1,65	1,61	1,60	1,75	1,72	1,71
Câmbio - média de período	1,68	1,65	1,65	1,73	1,70	1,69
Meta Selic - fim de período	14,25	14,50	14,75	13,50	14,00	14,00

FONTE: BACEN.

Em relação aos índices de preço IGP-DI, IGP-M e IPC- Fipe, pode-se observar que as projeções apontam também inflação em queda, para os patamares de 11,33%, 11,04% e 6,48%, no corrente ano, respectivamente. Além disso, resultados parciais de julho, de acordo com o Banco Central, apontaram continuidade da desaceleração dos preços industriais no atacado, da construção civil e ao consumidor, particularmente da alimentação, enquanto os preços agrícolas no atacado mostraram nova pressão de alta, sendo estes influenciados pelos seguintes itens: soja; bovinos; e milho.

Apesar dos dados em relação à desaceleração de preços, a taxa de juros SELIC apresenta uma expectativa de alta, podendo chegar ao patamar de 14,75%, ao ano, com a taxa de câmbio em 1,60 reais por dólar, no final de 2008.

A taxa de juros básica da economia é utilizada como o principal instrumento da política monetária em relação ao aumento de preços. Nesse sentido, o Comitê de Política Monetária, em sua última reunião, ao considerar que ocorreu uma elevação da probabilidade de que pressões inflacionárias, inicialmente localizadas, poderiam apresentar riscos para a trajetória da inflação, gerou uma expectativa no mercado de que a política monetária seja mais restritiva até o final do ano, uma vez que o aquecimento da demanda doméstica e do mercado de fatores, bem como possíveis restrições de oferta setoriais, podem estar ensejando aumento futuro no repasse de pressões sobre preços no atacado para os preços ao consumidor (mensurado pelo IPCA). Nesse contexto, a taxa de juros deverá aumentar além do atual patamar de 13%, ao ano.

Esta política está em concordância com as defasagens entre a implementação da política monetária e seus efeitos tanto sobre o nível de atividade como sobre a inflação.

NÍVEL DE ATIVIDADE

De acordo com os indicadores referentes à atividade industrial do IBGE, na passagem de maio para junho de 2008, já considerando os ajustes sazonais, houve uma expansão de 2,7% na atividade industrial geral. Em relação a junho de 2007, a produção industrial apresentou um expressivo aumento de 6,6%. No acumulado de janeiro até junho de 2008, comparado com igual período do ano anterior, a indústria geral apresentou o bom índice de expansão: 6,3%.

A Tabela 2 apresenta os indicadores da produção industrial por categoria de uso. Na passagem de maio para junho destaca-se a forte expansão de 7,7% na produção de bens de capital. Esse resultado indica uma recuperação da tendência de elevação da capacidade de oferta. A categoria de bens de consumo duráveis também apresentou considerável expansão nessa passagem, da ordem de 7,0%. As categorias de bens intermediários e de bens de consumo semiduráveis apresentaram elevação, porém em níveis menos expressivos, de 2,2% e 1,2%, respectivamente.

No comparativo entre junho de 2007 e junho de 2008 o índice da indústria geral apresentou a forte expansão de 6,6%. Nesse comparativo, o setor de bens de capital foi o que apresentou a maior elevação, de 20,3%. Esse número mostra que a tendência de crescimento da capacidade de oferta da indústria brasileira parece estar se firmando. Essa notícia é importante para o período atual em que as preocupações com as pressões inflacionárias são intensas. É importante salientar, no entanto, que o mês de junho de 2008 teve um dia útil a mais que o mês de junho de 2007.

TABELA 2 - INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIA DE USO: BRASIL

Categorias de Uso	Variação(%)			
	Mai/Jun-08*	Jun-07/Jun-08	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Bens de Capital	7,7	20,3	17,1	19,5
Bens Intermediários	2,8	5,6	5,3	5,4
Bens de Consumo	2,2	4,2	4,5	5,3
Duráveis	7,0	15,2	13,9	13,7
Semi-Duráveis e Não Duráveis	1,2	0,8	1,7	2,8
Indústria Geral	2,7	6,6	6,3	6,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (*) série com ajuste sazonal

Dos 27 ramos industriais pesquisados, 21 apresentaram elevação no nível de atividade. Destes, destacam-se os setores de veículos automotores e equipamentos de transporte, metalurgia básica, indústrias extrativas, borracha e plástico e minerais não-metálicos. Dos ramos que apresentaram redução no nível de atividade destacam-se perfumaria, sabões e produtos de limpeza, fumo e calçados e artigos de couro.

A Tabela 3 apresenta os indicadores conjunturais da indústria para o mês de junho. Nesse mês cabe destacar o crescimento de 0,7% no número de horas pagas de maio para junho. Apesar disso, o crescimento da folha de pagamento real foi de apenas 0,2%. Na comparação entre os meses de junho de 2007 e 2008, a folha de pagamento real apresentou crescimento de 6,7%, enquanto o nível de pessoal ocupado assalariado cresceu 2,5%. No acumulado do ano de 2008 até junho, comparado com o mesmo período de 2007, observa-se um bom crescimento da folha de pagamento real: 6,5%.

TABELA 3 - INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

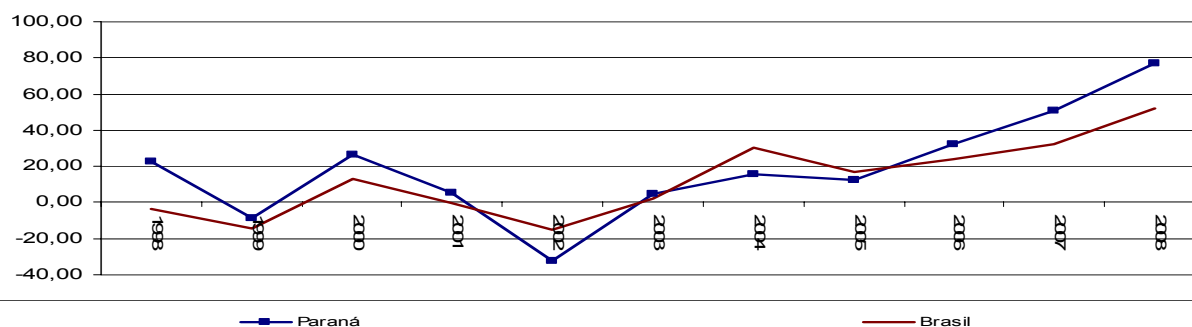
Variáveis	Variação(%)			
	Mai/Jun-08*	Jun-07/Jun-08	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Pessoal Ocupado Assalariado	0,5	2,5	2,7	2,8
Número de Horas Pagas	0,7	2,6	2,7	2,5
Folha de Pagamento Real	0,2	6,7	6,5	6,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (*) série com ajuste sazonal

ECONOMIA PARANAENSE

Pelo Gráfico 1, nota-se uma elevada taxa de crescimento das importações brasileiras e paranaenses, principalmente a partir de 2004.

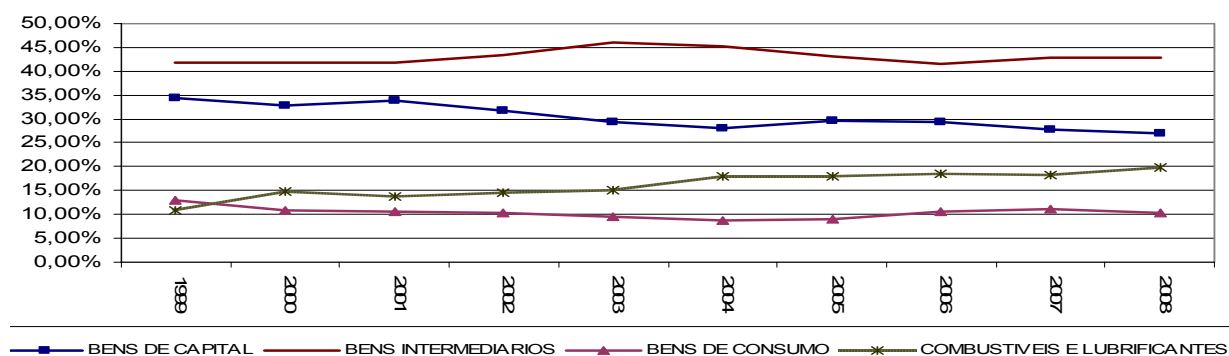
GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE VARIAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES: BRASIL E PARANÁ (US\$ 1.000 FOB) - 1998-2008



Fonte: Secex/MDIC. Notas: a comparação para 2008 se refere ao primeiro semestre.

Os efeitos desta tendência, sobre a composição da pauta de importações brasileira, não são de um aumento relativo da participação de bens de capital (que perdeu participação), como tem sido relatado por vários analistas. O maior impacto tem sido no ganho de participação relativa do segmento de combustíveis e lubrificantes, passando de 10,94% para 19,89%, no período (Gráfico 2).

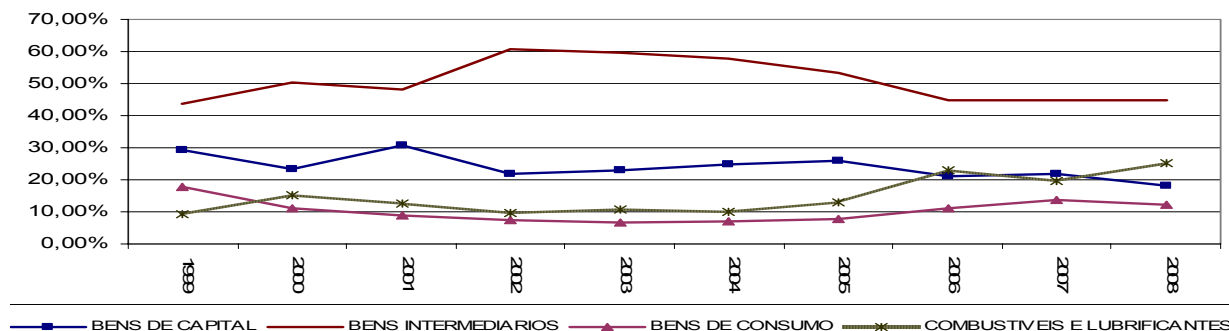
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR SETORES DAS CONTAS NACIONAIS - 1999-2008.



Fonte: Secex/MDIC. Notas: a comparação para 2008 se refere ao primeiro semestre.

No estado paranaense, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 3, os efeitos são semelhantes, ou seja, com perda de participação dos bens de capital (de 29,16% para 18,04%) e ganho de participação dos combustíveis e lubrificantes (de 9,37% para 25,11%).

GRÁFICO 3 - GRÁFICO 2. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES PARANAENSES POR SETORES DAS CONTAS NACIONAIS - 1999-2008.

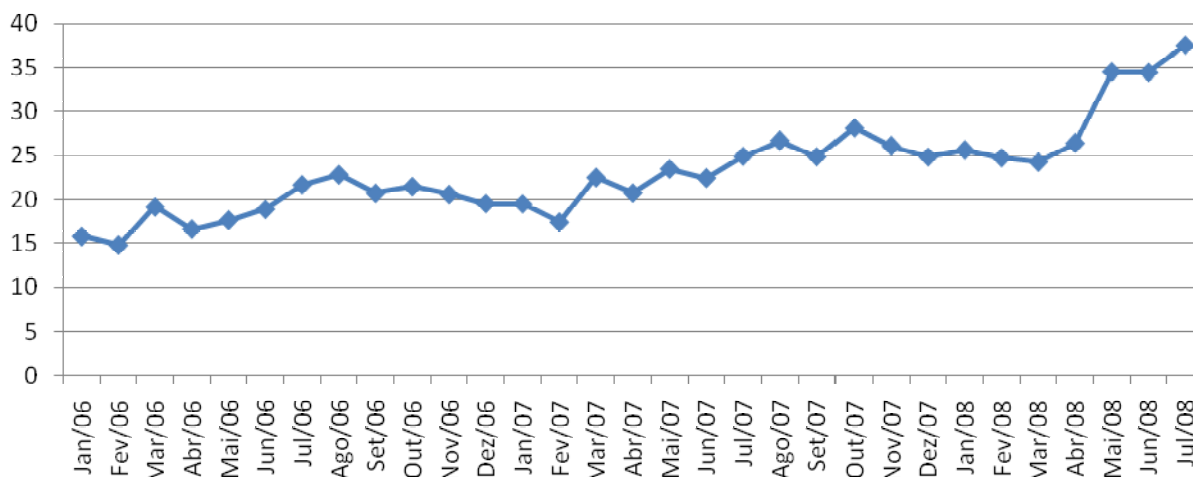


Fonte: Secex/MDIC. Notas: a comparação para 2008 se refere ao primeiro semestre.

SETOR EXTERNO

A corrente de comércio (soma das exportações e importações) brasileira chegou, no mês passado, à soma nunca antes atingida de US\$ 37,6 bilhões. A marca é resultado de uma aceleração no crescimento da corrente de comércio que acontece deste abril, como mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 4 – CORRENTE DE COMÉRCIO BRASILEIRA (US\$ bilhões)



FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.

Em julho, que teve 23 dias úteis, a média diária de exportações foi de US\$ 889,3 milhões – 0,4% maior do que a média do mês anterior, e 38,6% maior do que a correspondente ao mesmo mês do ano passado. As importações alcançaram, na média, US\$ 745,6 milhões em cada um dos dias úteis de julho – 1,4% menos do que no mês anterior, e 52,2% mais do que a média dos dias úteis do mesmo mês de 2007. O superávit médio alcançado no mês passado foi de US\$ 143,7 milhões por dia útil.

Tanto em comparação com o mês imediatamente anterior quanto em contraposição com o mesmo mês do ano passado, as exportações e importações brasileiras apresentaram alta nos fluxos comerciais com seus principais parceiros comerciais.

Em contraposição com o mesmo mês do ano passado, as exportações brasileiras para os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cresceram 47,31%. Para os países da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), houve aumento de 27,68%, enquanto que para a União Européia esse incremento foi 48,1%. Também ocorreram expressivas elevações das exportações brasileiras para o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL - 37,09%), Tigres Asiáticos (Hong Kong, Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura - 37,55%) e China, Hong Kong e Macau (110,47%). Na mesma comparação, mas para as importações brasileiras provenientes desses blocos, os números são: 55,33% (OCDE); 46,94% (ALCA); 55,16% (União Européia); 24,11% (MERCOSUL); 73,8% (Tigres Asiáticos); e 83,64% (China, Hong Kong e Macau).

Na aferição do mês de julho deste ano com o mês anterior, o valor das exportações para a OCDE aumentaram 13,33%; para a ALCA, 2,09%; União Européia, 17%; MERCOSUL, 9,15%; Tigres Asiáticos, 8,26%; China, Hong Kong e Macau; 44,51%. O valor das importações da OCDE aumentaram 14,17% de junho para julho; da ALCA, 12,16%; União Européia, 11,82%, MERCOSUL, 12,26%; Tigres Asiáticos, 5,83%; China, Hong Kong e Macau, 10,14%.

Em relação às reservas internacionais do Banco Central do Brasil, estas apresentaram, em agosto, uma alta de 0,60%, em relação ao mês anterior, totalizando US\$ 203,72 bilhões. O ritmo de compra de reservas pela autoridade monetária tem diminuído até agora, sinalizando que o BC empreende menos esforços para conter a apreciação cambial, pois a saída de capitais nas últimas semanas está reduzindo "naturalmente" a oferta de dólares na economia. Em julho as reservas apresentaram alta de 1,94% em relação a junho, considerando o ano de 2008.

O investimento estrangeiro direto apresentou sensível queda no mês de junho de 2008 quando comparado com o mesmo mês de 2007: foram investidos no Brasil US\$ 2,718 bilhões, representando uma variação negativa de 24,85%, no período. Já os investimentos brasileiros diretos no exterior líquidos, de janeiro a junho de 2008, foram de US\$ 8,579 bilhões, sendo o mês de junho responsável por US\$ 1,042 bilhão.

FINANÇAS PÚBLICAS

As receitas do governo central totalizaram R\$ 56,208 bilhões, em junho de 2008, 2,5% a mais do que em maio. No acumulado de 2008, a arrecadação soma R\$ 344,946 bilhões, 16,7% a mais do que a observada no primeiro semestre de 2007.

No mês de junho, o Tesouro Nacional registrou uma receita de R\$ 43,133 bilhões, 2,6% maior que a registrada em maio. Dentre os fatores que contribuíram para este resultado se destacam: o recolhimento semestral do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os rendimentos de capital, o aumento do recolhimento da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), devido ao acréscimo de pagamentos de débitos pendentes de exercícios anteriores e ao aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15%.

Em 2008, o tesouro arrecadou R\$ 270,637 bilhões, 16,5% a mais do que nos primeiros seis meses de 2007. Estes resultados têm refletido o maior dinamismo econômico do país, que possibilitou uma maior arrecadação de impostos e contribuições, tais como: IRPJ (26,9%)¹, CSLL (36,5%), IRRF- rendimentos do trabalho (27,4%), IRRF- remessas ao exterior (21,7%), PIS/PASEP (19,2%), COFINS (20,3), IOF (164,5%) e IPI (21,9%). Ainda, ações administrativas tomadas pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), visando reduzir a evasão fiscal, contribuíram para o crescimento das receitas do Tesouro. As despesas do Tesouro registraram aumentos de 4,9% em junho e 9,9% no ano. Destacam-se aumentos nas despesas com pessoal e encargos sociais e de custeio e capital.

O aumento da massa salarial, devido à aceleração da economia, possibilitou aumento das receitas da previdência em 2,6%, entre maio e junho, e de 17%, entre os primeiros semestres de 2007 e 2008. Já as despesas aumentaram 2,6%, entre maio e junho, e 9,6%, nos primeiros semestres de 2007 e 2008. Isto se deve, principalmente, ao aumento do pagamento médio dos benefícios previdenciários, que repercute o reajuste do salário mínimo e ao aumento da quantidade de benefícios pagos. Como proporção do PIB, o déficit da previdência passou de 1,68% para 1,3%, entre janeiro a junho de 2007 e 2008.

Em junho, o Resultado Primário do Governo Central foi de R\$ 7,923 bilhões, 42,8% maior do que em maio. No ano, o resultado soma R\$ 61,370 bilhões, sendo 44% maior do que o registrado em igual período de 2007. Como proporção do PIB, ele subiu 0,96 p.p. na comparação entre os primeiros semestres de 2007 e 2008.

TABELA 4 – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – JUNHO /2008

Descrição	R\$ milhões					
	Maio (2008)	Jun (2008)	Var(%)	Jan-Jun (2007)	Jan-Jun (2008)	Var(%)
RECEITA TOTAL	54.830,0	56.207,5	2,5	295.664,5	344.945,5	16,7
Receitas do Tesouro	42.038,1	43.132,7	2,6	232.212,1	270.637,5	16,5
Receitas da Previdência Social	12.650,0	12.942,8	2,3	62.836,4	73.502,7	17,0
Receitas do Banco Central	141,9	132,0	-7,0	616,0	805,2	30,7
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.894,4	9.442,9	-20,6	52.347,2	63.239,0	20,8
RECEITA LÍQUIDA TOTAL	42.935,7	46.764,6	8,9	243.317,3	281.706,5	15,8
DESPESA TOTAL	37.387,5	38.842,1	3,9	200.686,5	220.336,2	9,8
Pessoal e Encargos Sociais	9.387,7	10.029,8	6,8	55.342,9	59.601,5	7,7
Benefícios Previdenciários	15.403,5	15.806,1	2,6	83.620,2	91.658,9	9,6
Custeio e Capital	12.372,0	12.781,5	3,3	60.579,2	67.719,7	11,8
Transferência do Tesouro ao Banco Central	63,3	72,3	14,3	226,5	383,2	69,2
Despesas do Banco Central	161,0	152,4	-5,3	917,8	972,9	6,0
RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	5.548,1	7.922,5	42,8	42.630,8	61.370,3	44,0
Tesouro Nacional	8.320,7	10.806,2	29,9	63.716,4	79.694,2	25,1
Previdência Social	-2.753,5	-2.863,3	4,0	-20.783,9	-18.156,2	-12,6
Banco Central	-19,1	-20,4	7,1	-301,8	-167,7	-44,4
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL/PIB	-	-	-	3,45%	4,41%	-

FONTE: Tesouro Nacional. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estatistica/est_resultado.asp. Acesso em: 11/08/2008.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou R\$ 1,180 trilhão em junho, um aumento de 1% em relação a maio. Como proporção do PIB, a dívida caiu de 40,6% para 40,4% entre os dois meses. A dívida do tesouro alcançou R\$717,9 bilhões, valor que corresponde a um aumento de 3,7% em relação a maio.

Em junho, a Dívida Pública Mobiliária Federal (DPF) registrou R\$ 24,6 bilhões em emissões e R\$ 31,2 bilhões em resgates, com um aumento da proporção da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), que passou de 92,7% para 92,85%. A composição da dívida em

¹ Aumento em relação ao mesmo período de 2007. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Julho/2008. Brasília: Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/resultado/2008/Nimjun2008.pdf>. Acesso em: 11/08/2008.

relação a modalidade dos juros é: pré-fixados (34,77%, aumento de 0,47 p.p.), indexados à Selic (34,46%, redução de 0,96 p.p.) e índices de preços (27,9%, aumento de 0,53 p.p.).

O prazo médio da DPF aumentou de 41,17 meses para 41,28 meses entre maio e junho. O custo médio mensal da DPF apresentou também movimento ascendente neste mês, registrando 13,02% a.a., ante os 12,03% observados em maio.

Equipe Técnica

Carlos Eduardo Fröhlich. Matemático pela UFPR. Área de concentração: macroeconomia.
carlos.e.frohlich@gmail.com

Geraldo Augusto Staub Filho. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Área de concentração: macroeconomia.
gutostaub@yahoo.com.br

Guilherme R. S. Souza e Silva. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Consultor do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). Foco de estudo na área de Macroeconomia.
guilherme.fdg@uol.com.br

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor da UniBrasil. Área de concentração: inflação e política monetária.
lucianofg@gmail.com.

Luciano Nakabashi. Doutor em economia pelo CEDEPLAR/UFMG, professor adjunto do departamento de economia da UFPR e coordenador do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: macroeconomia, crescimento econômico e economia paranaense.
luciano.nakabashi@ufpr.br

Rafael Camargo de Pauli. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e supervisor geral do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: macroeconomia.
rafaelcdp@gmail.com.